

REDEFININDO AS FRONTEIRAS DO DISCURSO EDUCACIONAL: MULHERES IMIGRANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM TORONTO E A REDE DE RELAÇÕES

PROF. DRA. PATRICIA KRIEGER GROSSI (PHD)

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Resumo

Este estudo buscou explorar as experiências de mulheres imigrantes de língua portuguesa (provenientes do Brasil e de Portugal) que sofreram violência conjugal em Toronto, Canadá e de que forma o atendimento recebido nas agências sociais possibilitou ou não o atendimento de suas necessidades. Trat-se de um estudo qualitativo de cunho exploratório cujas informações foram obtidas através de entrevistas semi-estruturadas com dez mulheres e 22 profissionais de agências sociais e analisadas à luz das teorias feministas e do construtivismo social. Verificou-se que essas mulheres se deparavam com uma rede de relações de natureza complexa e contraditória, que ora revela-se opressiva, ora emancipatória.

Eixo Temático: educação, cultura e sociedade

Palavras-Chave: educação, cultura, rede de relações

INTRODUÇÃO

“A ilusão de que as mulheres alcançaram a igualdade é tão prejudicial quanto à realidade de opressão. A desigualdade da mulher é invisível porque é tão comum, tão massiva e tão aceita. O fracasso de perceber a desigualdade da mulher não resulta de uma cegueira socialmente induzida. Não perceber essa desigualdade é útil na medida em que serve os interesses daqueles que são dominantes. Perpetuando o mito de que as mulheres alcançaram a igualdade justifica não fazer nada”. (Brodsky e Day, 1989, p.11)

De acordo com estatísticas oficiais do *Statistics Canada*, uma em cada três mulheres residentes no Canadá, já experienciou no mínimo um incidente de violência por parte do seu companheiro ou marido (Rodgers, 1994). Entretanto, essa estatística não revela os diferentes índices de abuso entre mulheres de grupos étnico-raciais diversos. Tendo em vista que a maior parte das pesquisas norte-americanas são realizadas junto à população predominantemente Anglo-saxônica, as experiências específicas de mulheres que se encontram à margem da sociedade, como as mulheres imigrantes do meu estudo, são

minimizadas ou ignoradas (Bonilla-Santiago, 1996; Burns, 1986; Davis, 1985; Zambrano, 1985). A maioria dos estudos sobre violência doméstica não analisa como as experiências das mulheres abusadas são organizadas socialmente dentro da sua comunidade e dentro da sociedade Canadense como um todo.

A não inclusão das vozes de mulheres imigrantes nos discursos acadêmicos e em estudos sobre violência doméstica contribui para a falta de influência em políticas públicas que pudessem atender melhor suas necessidades e a manutenção da desigualdade de poder entre diferentes grupos de mulheres na sociedade Canadense. Este estudo buscou dar visibilidade a narrativa dessas mulheres para que possamos compreender a “rede de relações” nas quais suas vidas estão inseridas. Alguns aspectos dessa ‘rede’ são abordados como a relação dessas mulheres com a imigração, mercado de trabalho e assistência social e como essas relações limitam e/ou possibilitam suas ações frente à violência doméstica. A compreensão dessa ‘rede de relações’ é fundamental para uma atuação mais eficaz diante da realidade vivenciada por essas mulheres uma vez que práticas discursivas presentes nas políticas de imigração, nos critérios de elegibilidade a programas sociais, nos critérios para obtenção de emprego, entre outros vão determinar a quantidade de opções dessas mulheres.

REFERENCIAL TEÓRICO

Buscamos nas teorias feministas e no construtivismo social, elementos para a compreensão das experiências das mulheres imigrantes, vítimas de violência doméstica em Toronto. Nas últimas décadas, as teorias feministas tem contribuído para a compreensão da realidade experienciada não só por mulheres, mas por grupos que se encontram à margem da sociedade. O famoso slogan feminista “*the personal is political*” (o pessoal é político), refere-se à conexão entre o *self* e a realidade política, nos mostrando que assuntos que anteriormente eram considerados de âmbito privado (e.g. violência doméstica, criação de filhos e sexualidade, entre outros) também pertencem à esfera pública.

Partimos das teorias feministas que problematizam o uso exclusivo do gênero como categoria central de análise e incorporam outros vetores de poder associados às diferenças de raça/etnia e a classe, buscando assim o reconhecimento da diversidade entre as mulheres (Stanley e Wise, 1990, p.2). Hudson, por exemplo, destaca alguns problemas com o argumento feminista de que o sexismo se constitui na base da opressão feminina:

“A busca da igualdade feminina tem sido muitas vezes às custas do reconhecimento de outras opressões, particularmente, aquelas experienciadas pelas mulheres de classes trabalhadoras, mulheres negras e lésbicas. A dinâmica e os efeitos da opressão são como um caleidoscópio onde as configurações e os relacionamentos entre as diferentes formas de opressão estão constantemente se movendo e se transformando. As perspectivas feministas devem estar sempre atentas para tais mudanças; caso contrário, estarão perpetuando a opressão ao invés de questioná-la” (Hudson, 1980, p.93).

Compartilhamos assim a posição de que se faz necessário uma perspectiva feminista mais inclusiva (Dill, 1983; Yuval-Davis, 1994). Tal perspectiva não tem o intuito de negar as diferenças entre mulheres, e sim busca substituir a homogeneidade e unidade aparente entre as mulheres através do diálogo que reconhece a posição/identidade que cada mulher ocupa dentro da ‘rede de relações’ sociais. Assim sendo, Alcoff e Potter (1993, p.4) sustentam:

“O projeto do feminismo necessita ser mais inclusivo que o enfoque no gênero permite. Se o feminismo busca liberar mulheres, precisa abordar todas as formas de dominação... Portanto, para se referir a um projeto liberatório como feminista não significa que seja somente para e sobre mulheres, mas que seja consistente com o feminismo. Busca, dentro do discurso feminista corrente, desfazer a rede de opressões e refazer a rede da vida”.

Para a nossa compreensão da experiência de mulheres imigrantes abusadas, utilizamos o conceito de ‘rede de relações’ dentro de uma perspectiva feminista mais inclusiva, isto é, que incorporou pelo menos três categorias de análise, ou seja, a raça, a classe e o gênero, propiciando assim uma visão mais completa da realidade social. Essa postura também revela o nosso compromisso com a fala dos oprimidos, pois as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo estes três eixos (ver também Scott, 1988; Saffiotti e Almeida, 1996).

Opressão

Para entendermos a complexidade do conceito de ‘rede relações’ (de natureza dual, dinâmica e contraditória) a que nos referimos, temos que incorporar os conceitos de opressão e resistência, uma vez que a opressão está associada com imobilização, restrição e falta de mobilidade (Frye, 1983), ausência de escolhas (hooks, 1984), e falta de autonomia (Sherwin, 1996), enquanto a resistência implica na contestação dessa relação de opressão, na celebração das diferenças e diversidade da experiência humana, na capacidade de viver

entre duas culturas (Anzaldúa, 1990). Muitos autores referem-se a essa capacidade de viver entre duas culturas, a uma capacidade híbrida, mutante, que pessoas que se encontram à margem do sistema (seja por diferenças étnico-raciais, de classe, etc) possuem. Essa visão dual reflete uma “consciência de mestiza” (Anzaldúa, 1990), onde nada é rejeitado e nada é aceito, seja bom, ou mau. O modo de viver entre esses dois mundos é caracterizado pela ambivalência, que transforma a realidade percebida e vivida em algo novo. A partir do momento em que a mulher imigrante problematiza sua realidade, produz novos conhecimentos e com isso (re) constrói sua identidade.

A resistência implica na construção de saberes contra-hegemônicos, contestando o saber hegemônico, constituído, que perpassa uma visão única da realidade, considerada o padrão de normalidade, não incorporando as diferenças e muitas vezes, as convertendo em desigualdade. Essas desigualdades estão relacionadas com o próprio processo de opressão estrutural.

“No senso estrutural, opressão refere-se à vasta e profunda injustiça que alguns grupos sofrem como consequência de pré-concepções, muitas vezes, inconscientes, e reações de pessoas bem-intencionadas, nas suas interações no cotidiano, na mídia, nas estruturas das hierarquias burocráticas e no mercado de trabalho, em suma, em todos os processos normais das suas vidas cotidianas. Não podemos eliminar a opressão estrutural nos livrando de governantes ou elaborando novas leis, porque as opressões estão sendo sistematicamente reproduzidas em instituições culturais, políticas e econômicas” (Young, 1990:41)

Portanto, a “rede de relações” na qual a mulher imigrante está inserida envolve a opressão estrutural, entendendo-se aqui o acesso desigual às condições de vida e de subsistência e o processo de normalização dessas desigualdades. Tal contexto restringe a capacidade dessa mulher de exercer plenamente sua cidadania, sendo vista como “imigrante” e tratada como tal, mesmo após a obtenção do status de “canadense”. A imagem da mulher imigrante, portanto é socialmente construída e perpetuada nos discursos e políticas governamentais que “determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou inflingir sentimentos, de acordo com o papel que desempenham” (Boulding, 1981).

A Construção Social da Mulher Imigrante

Dentro da sociedade Canadense, a imagem da mulher imigrante é socialmente construída através dos discursos propagados na mídia, no sistema médico, no sistema legal

e no sistema educacional. De acordo com Ng (1987, p.29), a imagem de uma mulher imigrante é “uma mulher com sotaque, proveniente do ‘Terceiro Mundo’ e num emprego desqualificado, independente do tempo que reside no Canadá enquanto que uma mulher branca, professora universitária, proveniente dos Estados Unidos, não é percebida como tal”.

O slogan “unidade na diversidade” perpetuado nas políticas multiculturais do Canadá contrasta com a realidade do racismo, discriminação e falta de poder das minorias étnicas (Li, 1988, 1990; Bolaria e Li, 1985). O enfoque na cultura como determinante principal do comportamento dos imigrantes muitas vezes mascara a realidade da opressão racial, de classe e de gênero. Assim, problemas estruturais que mulheres imigrantes se deparam na sociedade Canadense (e.g políticas discriminatórias no trabalho, nos critérios da Imigração, etc.) são transformados em problemas individuais (problemas culturais ou de adaptação) e o indivíduo é responsabilizado pela situação em que se encontra (Ng e Ramirez, 1981; Bodnar e Reimer, 1979).

Existem diversos estudos que buscam uma redefinição de perspectivas e a construção de um conhecimento baseado na realidade da mulher imigrante abusada tal como essa experiência, revelando certos aspectos da sociedade Canadense, relacionados ao racismo institucional, políticas discriminatórias e acesso desigual a rede de serviços sociais (Papp, 1990; Rafiq, 1991; Kohli, 1991, Razack, 1994; Paredes, 1992; McLeod e Shin, 1990; Riutort e Small, 1985).

Esses estudos, realizados por mulheres feministas imigrantes pontuam que a violência doméstica deve ser entendida dentro do contexto de opressão social em que estão inseridas. Tal entendimento requer estratégias de enfrentamento direcionadas a família, a comunidade e a sociedade como um todo (McLeod e Shin, 1990).

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo descritivo de natureza exploratória, com a finalidade de aumentar o nosso conhecimento acerca das experiências das mulheres imigrantes de língua portuguesa que sofreram violência doméstica por parte dos seus companheiros e suas relações com as agências de bem-estar social. Nosso “design” de pesquisa foi emergente, sendo uma das características da pesquisa naturalística (Glaser e

Strauss, 1987), também conhecida como construtivista. Dentro da pesquisa naturalística ou “grounded”, existe uma maior flexibilidade, sendo que a amostra e o próprio foco da investigação é definido a partir do início da coleta e análise de dados, permitindo assim que emergjam os elementos relevantes ao estudo (Lincoln e Guba, 1985). Dessa forma, o nosso foco inicial da pesquisa, que era o de conhecer como a estrutura dos serviços sociais condicionava às respostas das mulheres de língua portuguesa frente à violência doméstica, foi se modificando ao perceber a maneira como a vida dessas mulheres estava organizada socialmente. Passamos assim a incorporar outros elementos na nossa análise que se constituíram na “rede de relações” das quais essas mulheres faziam parte compostas pelas suas relações com as políticas de imigração, mercado de trabalho, família, Igreja e agências sociais, relações essas que formavam os pontos nodais de uma rede de natureza complexa, contraditória e ambivalente, que ora revelava-se opressiva, ora revela-se emancipatória.

O fato do desenho de pesquisa ser emergente possibilita uma maior abertura ao contexto investigado, sendo assim procuramos analisar as experiências das mulheres de língua portuguesa dentro do contexto histórico e sócio-cultural. Outro objetivo da pesquisa naturalística é a reconstrução das múltiplas construções que os vários respondentes fizeram a partir da maneira que vivenciaram suas experiências dentro da sociedade Canadense, o que vai de encontro com nosso referencial teórico construtivista. Dentro do paradigma naturalístico, a relação entre o sujeito e o objeto é caracterizada pela proximidade, e a subjetividade e identidade do pesquisador é levada em consideração (Lincoln e Guba, 1985), o que revela consistência com um dos pressupostos epistemológicos da metodologia feminista que argumenta que a separação rígida entre sujeito e objeto não é prerequisite para uma pesquisa ser considerada mais científica ou válida (Cook e Fonow, 1990, p.76).

A amostra foi intencional, cujos critérios de seleção das mulheres foram:

- a) serem de língua portuguesa;
- b) terem imigrado para o Canadá dentro do período de 10 anos;
- c) terem experienciado violência doméstica de seu companheiro e/ou marido dentro de um período de cinco anos;
- d) terem buscado serviços de uma agência social.

As agências sociais selecionadas foram aquelas que tinham serviços e programas específicos na área da violência doméstica para mulheres de língua portuguesa através de

um levantamento feito pela *Portuguese Interagency Network*, uma coalizão de agências que atendem a comunidade de língua portuguesa em Toronto (Grossner, 1995). Também realizei um levantamento das agências que ofereciam serviços para a comunidade portuguesa através da análise do diretório de serviços da província de Ontário (Blue Book, Directory of Services, 1998). Foram selecionadas 10 mulheres de 4 diferentes tipos de agências (etno-específica, multicultural, centro de mulheres, agência de imigrantes) e 22 profissionais que possuíam experiência no atendimento de mulheres imigrantes de língua portuguesa que sofreram violência doméstica. A coleta de dados realizou-se no período de Dezembro de 1997 a Maio de 1998. Realizou-se entrevistas semi-estruturadas com as mulheres e profissionais, que foram gravadas com a permissão prévia dos sujeitos da pesquisa. Utilizou-se também da análise documental de documentos (e.g. prontuários, planos de atendimento, projetos) das agências contatadas para verificar de que forma os critérios de elegibilidade, critérios de financiamento de programas e a estrutura da agência afetava o modo como o profissional ia atender as necessidades das mulheres imigrantes. Através da análise do discurso, foi possível perceber de que forma o saber hegemônico e contra-hegemônico estava presente nas falas de mulheres imigrantes e profissionais, as contradições e ambivalências presentes no discurso e a própria construção/reconstrução da identidade da mulher imigrante a partir de sua interação com as agências sociais.

Discussão dos Resultados

O status de imigrante da mulher, seja independente ou da classe familiar (dependente), ou visitante, irá influenciar a maneira como essa irá responder frente a situações de violência doméstica e o próprio acesso a agências sociais. A maioria das mulheres imigrantes no Canadá, em torno de 51% entram no país através da classe familiar. Dentro dessa categoria, o marido (imigrante independente) assina um termo de compromisso com o Departamento de Imigração, no qual é responsável pela manutenção econômica do cônjuge por um período de dez anos, reforçando assim o poder patriarcal ao institucionalizar a dependência da mulher imigrante, que sente medo de ser deportada ao revelar o abuso sofrido diante das ameaças de rompimento do acordo assinado pelo marido violento. Esse medo de ser

deportada a impede de procurar as agências sociais, que poderiam contribuir para informar sobre os seus direitos.

Apesar dessas mulheres terem direito à assistência social, caso esse termo de compromisso seja rompido, as mulheres desconhecem esses direitos, na sua grande maioria. Se a mulher ainda não recebeu o visto de imigrante e o marido rompe com o contrato com a imigração, ela pode permanecer no Canadá como imigrante independente, sendo que a violência é um dos motivos pelo qual ela poderá permanecer com base em critérios de compaixão e humanidade. Entretanto, apesar da violência ser um dos aspectos a ser contemplado em sua avaliação para obtenção do visto de imigrante com base humanitária, o critério principal para a concessão do visto é o critério da auto-suficiência, onde a mulher tem que demonstrar que tem condições de se estabelecer com sucesso na sociedade canadense sem a ajuda financeira do companheiro. Esta “prova de auto-suficiência” inclui documentos relacionados a experiência de trabalho, nível educacional, trabalho voluntário no Canadá, habilidade linguística de Inglês e/ou Francês, bens materiais, presença de familiares no Canadá dispostos a ajudá-la (CLEO, 1999). Para a mulher imigrante que trabalha longas horas num trabalho mal-remunerado, satisfazer esses critérios da imigração é muito difícil, pois a maneira como a vida dela está organizada socialmente impede que a mesma possa usufruir das aulas de Inglês ou se dedique a trabalho voluntário.

Mulheres imigrantes e profissionais do meu estudo revelaram também que o critério de “experiência de trabalho Canadense” e a falta de reconhecimento de credenciais acadêmicas das mulheres imigrantes, contribui para a formação de um mercado de trabalho de imigrantes, trabalhos em geral mal-remunerados e que exigem baixo nível de qualificação (trabalhos de limpeza, babá, lavadora de pratos, etc.), que irão construir a imagem da mulher imigrante. Assim, mulheres brasileiras com título Universitário se encontram em sub-empregos, exercendo atividades meniais e desvalorizadas.

O acesso a cursos de Inglês remunerados também é restrito a elas dependendo do status de imigrante. Por exemplo, entre os critérios de elegibilidade do Centro de Imigração Canadense para o curso de treinamento de línguas estão:

... cursos de Inglês são designados a remover barreiras de emprego dos seguintes clientes:

(I) trabalhadores qualificados que não conseguem emprego na sua profissão ou relacionada devido à falta de fluência na segunda língua;

(ii) trabalhadores desqualificados que não conseguem emprego devido a falta de fluência na segunda língua;

Esses critérios de elegibilidade restringem o acesso das mulheres imigrantes aos serviços linguísticos de duas maneiras. Primeiro, o fato de que a maioria delas serem imigrantes dependentes, não possuem direito a remuneração enquanto fazem o treinamento (somente o imigrante independente tem acesso). O fato de não ter acesso a uma remuneração impede que a mesma frequente os cursos de Inglês, uma vez que precisa entrar no mercado de trabalho, pois a renda do marido, em geral, é insuficiente para as despesas da família. Segundo, as mulheres imigrantes tem que provar que a falta de habilidade linguística no Inglês as impedem de obter emprego. Como para os trabalhadores desqualificados, os empregos se concentram no setor de serviços e manufaturados, conhecimento da língua Inglesa ou francesa não é um requisito. Esse estudo verificou que o ciclo da violência estava diretamente conectado ao ciclo de dependência econômica. A opressão social contribuía para o agravamento das condições de vida das mulheres imigrantes, intensificando-se conflitos familiares e incidentes de violência doméstica, exarcebados pelo desemprego, falta de apoio familiar e ausência de vínculos na sociedade.

Paradoxalmente, observamos que ao mesmo tempo que o governo canadense estimulava e financiava iniciativas que promovessem a independência econômica da mulher abusada, eliminava os programas educativos, de treinamento e reinserção no mercado de trabalho para que elas pudessem atingir esse objetivo (os programas de treinamento para o mercado de trabalho exigem o ensino elementar completo e alguns exigem o fundamental completo). Os próprios critérios de elegibilidade para os poucos cursos de treinamento para o mercado de trabalho existentes restringem o acesso de muitas mulheres imigrantes portuguesas do meu estudo que possuem baixo nível educacional.

Sete das dez mulheres entrevistadas relatam que tiveram que depender da seguridade social após o rompimento da relação conjugal. Entretanto, para aquelas que desejavam continuar seus estudos, para obter uma melhor qualificação no mercado de trabalho (e até para poderem ser elegíveis para cursos de treinamento), passam a ter esse direito negado, pois

perderiam assim o benefício social. As mulheres passam a substituir a dependência econômica do marido pela dependência econômica do governo, onde não há incentivos para que a mulher rompa com o ciclo da pobreza, se qualifique e melhore sua qualidade de vida. Pelo contrário, se a mulher almeja estudar perde o direito ao seguro social. Se conseguiu driblar o orçamento, reduzir as despesas e poupar o pouco dinheiro que recebe, é punida, passando a receber uma menor quantia. A visão do seguro social como um direito de cidadania para indivíduos que não possuem a renda mínima de subsistência passa a ser substituída pela visão do seguro social como uma concessão, uma benevolência do governo Canadense. Essa visão representa uma mudança da ideologia da “responsabilidade comunitária” para uma ideologia da “responsabilidade individual”, onde o indivíduo é responsabilizado pela situação de opressão social em que se encontra e passa a ser estigmatizado nas suas interações sociais, o que é evidenciado nas falas a seguir:

Maria: “Eu sofri muito a última vez que me separei do marido. A gente sempre perde amigos, a gente perde a nossa auto-confiança e o orgulho pessoal. Eu sofri muito porque a realidade de uma mãe solteira é muito difícil. A gente não tem apoio. Tive que ir para o welfare (seguro social). Meus amigos pararam de falar comigo”.

Joana: A sociedade te olha para baixo quando a gente está no ‘welfare’. Eles me perguntam toda a hora, está trabalhando? Se você não está trabalhando, eles te olham de um jeito como se tivessem dizendo, qual é o problema contigo, vagabunda (lazy bum)?”

Conclusões

O nosso estudo concluiu que para o desenvolvimento de uma intervenção eficaz junto a mulheres imigrantes que sofreram violência conjugal e buscam reconstruir suas vidas, não basta apenas um olhar voltado para a sua experiência interpessoal com a violência. Esse olhar deve ser alargado, buscando contextualizar a violência dentro do contexto dessa ‘rede de relações’ e opressão, que a torna possível e até aceita, naturalizada pelas relações sociais. Nessa “rede de relações”, a mulher se vê inserida através de práticas burocráticas que determinam os critérios para obtenção de emprego, critérios para obtenção de seguridade social, critérios das políticas de imigração (e.g. critério de auto-suficiência,

contrato de *sponsorship*), critérios para curso de treinamento em língua inglesa, entre outros, que condicionam as respostas das mulheres frente à violência num contexto de opções restritas.

A “rede de relações” se assemelha a uma teia, onde os pontos nodais estão invisibilizados, quando observados à distância. Somente quando o indivíduo se aproxima percebe que o sujeito (ou mais precisamente, a mulher migrante) está enredada, lutando, sem conseguir escapar. Se olharmos apenas uma parte dessa rede não entenderemos porque essa mulher simplesmente não deixa a relação ou porque insiste em permanecer na mesma. Apenas quando alargarmos nosso olhar, perceberemos as barreiras (os pontos nodais da rede) que a impedem de ter um controle sobre sua vida, seja permanecendo ou saindo de uma relação abusiva. Esse estudo revelou que os problemas que as mulheres migrantes agredidas experienciam como desemprego, más condições de trabalho, stress e violência estão relacionados com a estrutura social (políticas de imigração, políticas voltadas para o mercado de trabalho, políticas de assistência social, políticas de educação), demonstrando que essas “mulheres não são inteiramente responsáveis por suas escolhas; suas escolhas são resultantes de preferências e restrições” (Friedman e Diem, 1993:9) impostas por práticas discursivas e burocráticas presentes nas políticas mencionadas anteriormente.

Dentro dessa “rede de relações”, o profissional pode usar sua capacidade mediadora para fortalecer, a partir do entendimento das questões históricas do sujeito e das suas relações particulares como se possibilita a ampliação do poder e saber dos grupos que se encontram à margem do sistema (e.g. lobby político, engajamento nos movimentos sociais fora do contexto institucional, busca de alianças intra e inter-institucionais para mudança de critérios burocráticos de elegibilidade a serviços e programas, mudanças nas políticas de imigração, políticas educacionais, campanhas na mídia) e através de produção teórico-metodológica que dê visibilidade ao conhecimento produzido por esses grupos.

A noção de “rede” que utilizo aqui é útil para profissionais das Ciências Humanas e afins ao identificar as complexidades inerentes nas relações sociais baseadas em classe, gênero, raça/etnia - manifestadas nas políticas públicas - e como essas “tramas” de relações estão interrelacionadas umas com as outras, dentro de relações contraditórias, complexas e ambivalentes inscritas num processo de hegemonia/contra-hegemonia, de opressão/resistência que determinam como as necessidades dos usuários serão atendidas e a

própria posição que os mesmos ocupam na sociedade. Essa noção amplificada de “rede” resulta numa compreensão mais abrangente do modo como a vida das mulheres imigrantes estão organizadas socialmente através de práticas burocráticas, ideológicas e discursivas, possibilitando assim o exame crítico de nossas próprias práticas, inseridas também nessa “rede de relações” e a proposição conjunta de estratégias de enfrentamento mais adequadas às necessidades dessas mulheres.

Para finalizar, redefinindo as fronteiras do discurso educacional, como o título sugere implica em criar práticas educativas hegemônicas e contra-hegemônicas, questionando assim saberes instituídos e procurando dar voz àqueles que foram silenciados.

Referências Bibliográficas

Alcoff, L. e E. Potter. Introduction: When Feminists Intersect Epistemology. in Linda Alcoff and Elizabeth Potter (eds.). *Feminist Epistemologies*. New York: Routledge. p.1-14, 1993.

Anzaldúa, G. *Making Face, Making Soul. Haciendo Caras*. San Francisco: California: Aunt Lute Foundation Books, 1990.

Bodnar, A. e M. Reimer. *The Organization of Social Services and its Implications for the Mental Health of Immigrant Women*. A report to the Secretary of the State, Toronto, ON, 1979.

Bolaria, B.S. e P. Li . *Racial Oppression in Canada*. Toronto, ON: Garamond Press, 1985.

Bonilla-Santiago. “Latina Battered Women: Barriers to Service Delivery and Cultural Considerations”. in A.R. Roberts (ed.). *Helping Battered Women: New Perspectives and Remedies*. New York: Oxford University Press, pp.229-234, 1996.

Boulding, E. Las Mujeres y la Violencia Social. in *La Violencia y sus Causas*. Unesco, Paris, p.265-279

Brodsky, G. e S. Day. *Canadian Charter Equality Rights for Women: One Step Forward or Two Steps Back?*, Ottawa: Canadian Advisory Council on the Status of Women, 1989.

Burns, M.C. (Ed.). *The Speaking Profits Us: Violence in the Lives of Women of Color*. Seattle: Center for the Prevention of Sexual and Domestic Violence, 1986.

Canadian Panel on Violence Against Women. *Changing the Landscape: Ending Violence: Achieving Equality*. Final Report. Ottawa, ON: the Panel, 1993.

CLEO. *Immigration Fact Sheet: Immigrant Women and Domestic Violence*. Toronto, ON: Community Legal Education Ontario, 1999.

Coutinho, T. *Report on Services to Battered Women in the Portuguese Community with an Overview of Services to Battered Women in other Ethnic Communities*. Report. Toronto: Ministry of Community and Social Services, 1986.

- Davis, A.Y. *Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism*. Latham, NY: Kitchen Table: Women of Color Press, 1985.
- Day, S. e G. Brodsky. *Women and the Equality Deficit: The Impact of Restructuring Canada's Social Programs*. Ottawa: Status of Women Canada, 1998.
- Dill, B.T. "Race, Class and Gender: Prospects for an All Inclusive Sisterhood". *Feminist Studies*, vol. 9, No. 1, pp. 131-150, 1983.
- Friedman, D. e C. Diem. "Feminism and the Pro-(Rational) Choice Movement: Rational-Choice Theory, Feminist Critiques and Gender Inequality. in England, P.(ed.). *Theory on Gender/ Feminism on Theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.
- Frye, M. *The Politics of Reality: Essays in Feminist Theory*. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1983.
- hooks, b. *Feminist Theory from Margin to Center*. Boston: South End Press, 1984.
- Li, P. *Ethnic Inequality in a Class Society*. Toronto, ON: Thompson Educational Publishing Inc, 1988.
- Li, P. "Race and Ethnicity". In: P. Li (ed.). *Race and Ethnic Relations in Canada*. Toronto: Oxford University Press, 1990.
- McLeod, L. e M. Shin. *Isolated, Afraid and Forgotten: the Service Delivery Needs and Realities of Immigrant and Refugee Women Who are Battered*. A Paper prepared for the National Clearinghouse on Family Violence. Health and Welfare Canada, Ottawa, ON, 1990.
- Morin, E. "O Método 4. As Idéias: Habitat, Vida, Costumes, Organização". Tradução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- Mullaly, R. *Structural Social Work: Ideology, Theory and Practice*. Toronto: Oxford University Press, 1997.
- Neal, R. e V. Neale. "As Long as You Know How to Do Housework": Portuguese-Canadian Women and the Office Cleaning Industry in Toronto. *Resources for Feminist Research/ Documentation Sur La Recherche Féministe*, vol.16, n.1, March 1987, p.39-41.
- Ng, R. "The Social Construction of 'Immigrant Women' in Canada" in R. Hamilton and M. Barret (eds.). *The Politics of Diversity: Feminism, Marxism and Nationalism*. Montreal: Book Center Inc, 1986.
- Ng, R. e J. Ramirez. *Immigrant Housewives in Canada: a Report*. Toronto, ON: Immigrant Women's Centre, 1981.
- Ontario Association of Interval and Transition Houses. *Locked In, Left Out: Impacts of the Progressive Conservative Budget Cuts and Policy Initiatives on Abused Women and Their Children in Ontario*. Toronto, ON: OAITH, 1996.
- Ontario Women's Declaration. Toronto, Ontario, 1995.

Ottawa-Carleton Regional Coordinating Committee on Wife Assault. *Brief to the House of Commons Sub-Committee on the Status of Women Regarding Immigration Law and Violence Against Women*. Ottawa, ON, 1991.

Papp, A. *Report on abused South-Asian Women in Scarborough*. Scarborough, ON: South Asian Family Support Services, 1990.

Paredes, M. *Setting the Precedent: Process as Change in Meeting the Needs of Immigrant and Refugee Women Surviving Abuse and Sexual Violence*. Immigrant and Refugee Women's Project: Education Sexual Assault. Toronto, Ontario, 1992.

Pope, L. "Immigration Law and Wife Assault", *DIVA*, Special Edition. Wife Assault: South Asian Perspectives 38, 1991.

Pratt, A. "New Immigrant and Refugee Battered Women: the Intersection of Immigration and Criminal Justice Policy" in M. Valverde, L. McLeod, K. Johnson. *Wife Assault and the Canadian Criminal Justice System: Issues and Policies*. Toronto, ON: Centre of Criminology. University of Toronto, 1995.

Rafiq, F. *Towards Equal Access: a Handbook for Service Providers Working with Survivors of Wife Assault*, Toronto: Immigrant and Visible Minority Women Against Abuse", 1991.

Razack, S. What is to be Gained by Looking White People in the Eye?: Culture, Race and Gender in Cases of Sexual Violence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 19(4): 894-923, 1994.

Riutort, M. e S. Small. *Working with Assaulted Immigrant Women: a Handbook for Lay Counselors*. Toronto: ON, Education Wife Assault, 1985.

Ryley, D. *Am I that Name" Feminism and the Category of "women" in History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

Rodgers, K. "Wife Assault: the Findings of a National Survey." Ottawa: Statistics Canada. Canadian Center for Justice Statistics. Juristat Service Bulletin, vol.14, n.9, March 1994, pp.1-21.

Saffiotti, H. e Almeida, S. *Gênero, Poder e Impotência*. São Paulo: Revinter, 1996.

Santinolli, A.M. *Family Violence in the Spanish Speaking Community*. Conference Report, 1991.

Scott, J. "Gênero: Uma Categoria Util de Análise Histórica". Porto Alegre, *Revista da Educação & Realidade*, 1990.

Sherwin, S. *A Relational Approach to Autonomy in Health Care*. Draft. Unpublished material, April 30, 1996.

Shin, M.Y. "Immigrant and Racial Minority Women Organize", 12 *Canadian Woman Studies* 55, 1991.

Shin, M. Y. *Violence against Immigrant and Minority Women: Speaking with our Voice, Organizing from our Experience*. Ottawa, ON: National Organization of Immigrant and visible Minority Women of Canada, 1992.

Spelman, E. V. *Inessential Women: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon Press, 1988.

Stanley, L. e S. Wise. Method, Methodology and Epistemology in Feminist Research Processes. In L. Stanley (ed.). *Feminist Praxis: Research, Theory, and Epistemology in Feminist Sociology*. Boston: Routledge & Kegan Paul. pp.20-60, 1990.

Young, I. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

Zambrano, M. *Mejor Sola que Mal Acompañada: For the Latina in an Abusive Relationship*. Seattle, Washington: Seal, 1985.